

UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

SÉRIE 4 - N.º 142
JUL./SET. 2014 TRIMENSÁRIO - **€** 0,20

PROPRIEDADE DA **UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES**

www.URAP.PT geral@urap.pt

EDITORIAL

É URGENTE LUTAR PELA PAZ

Setenta e cinco anos depois do início da Segunda Guerra Mundial, guerra que assolou a Humanidade num mar de humilhação, tortura e morte, e quando se pensava que tal horror não se voltaria a repetir, vemos o mundo de hoje mergulhado no caos, na guerra, na instabilidade. O mundo mudou muito ao longo destes 75 anos, mas as transformações trouxeram um desequilíbrio na correlação de forças, a que não é alheia a queda do socialismo.

A paz é ameaçada todos os dias e o perigo do fascismo é uma realidade. Na Europa, assiste-se ao ascenso de forças da extrema-direita, quer nos Parlamentos nacionais quer no próprio Parlamento Europeu, cuja arrogância chega ao ponto de se homenagear oficialmente veteranos das SS e se tentar igualar o comunismo ao fascismo, numa clara tentativa do seu branqueamento.

Estes últimos tempos têm ficado marcados por acontecimentos de grande gravidade, que põem mais em perigo a paz no mundo. Na Ucrânia, o assalto violento ao poder na capital e nas zonas a oeste e centro do território assentou em forças e bandos armados de cariz neofascista e neonazi – apoiados pelos EUA e UE – que incendiaram a sede de um sindicato, assassinando pelo fogo dezenas de pessoas, perseguiram e atacaram comunistas e outros democratas, tendo mesmo assaltado a sede do Partido Comunista, que pretendem ilegalizar.

Em Gaza, na Palestina, vivemos tempos de indignação e revolta, ao vermos o extermínio de um povo às mãos do terrorismo de Estado sionista de Israel, que há anos se recusa cumprir, inclusive, as resoluções das Nações Unidas.

ABRIL - págs. 5 a 8
Evocar Abril é, mais do que um exercício de memória, uma afirmação do futuro de liberdade, progresso e justiça social que a Revolução mostrou ser possível

HONRAR OS QUE RESISTIRAM - pág. 9

TOCHA DA FIR EM PORTUGAL - pág. 12

No Iraque, caças franceses bombardeiam o seu território, dando cumprimento ao anúncio da ofensiva militar dos EUA para, segundo afirmam, combater o «Estado Islâmico». Estes bombardeamentos alastraram já ao território sírio, à revelia das autoridades de Damasco, o que representa uma flagrante violação do direito internacional e a tentativa de concretizar aquele que é um seu objectivo estratégico na região: o derrube do governo legítimo da República Árabe da Síria.

Ao assistirmos a todas estas situações, é impossível não nos vir à memória o desmantelamento do território do Iraque, à custa das «armas de destruição em massa» que, tempos depois, se comprovou que não existiam. As ajudas da NATO e dos Estados Unidos – milhões de dólares e armamento – aos bandos que operam na Síria, contra o governo de Damasco, e que são, afinal, os mesmos que agora dizem combater, são outra forma criminosa de ingerência e desestabilização.

As guerras, as agressões, os desmantelamentos de países são hoje vistos em directo, mas o cidadão comum acaba enredado em campanhas de manipulação informativa em que o agressor aparece muitas vezes como vítima e a vítima como o agressor.

O capitalismo, mergulhado numa das suas maiores crises estruturais, com a ânsia de manutenção da hegemonia, recorre cada vez mais ao intervencionismo militar, elegendo agora como grande ameaça o «Estado Islâmico» – grupo terrorista que os Estados Unidos, Reino Unido, França e Israel ajudaram a criar, tal como, aliás, aconteceu com a Al-Qaeda.

A URAP, nestes tempos difíceis, terá de reforçar o seu trabalho contra o branqueamento do fascismo, na luta pela Paz e pela solidariedade para com os povos que sofrem guerras que lhes são impostas contra os seus próprios interesses.

Marília Villaverde Cabral

Dia Nacional das Colectividades
URAP RECEBE GALARDÃO

A URAP recebeu, este ano, o galardão «Instrução e Arte», numa festa realizada no Casino da Figueira da Foz, durante as comemorações do Dia Nacional das Colectividades. Segundo os organizadores das comemorações do 90.º aniversário da Confederação Portuguesa das Colectividades da Cultura, Recreio e Desporto, a escolha da URAP deve-se ao mérito de ser uma associação que se destacou na luta pela democracia e pelo papel activo na divulgação da mesma junto à população e principalmente junto às escolas.

A Associação 25 de Abril recebeu igualmente o galardão, entregue pela primeira vez este ano, como homenagem aos «Capitães de Abril», juntando-se assim o aniversário da CPCCRD às comemorações dos 40 anos da revolução do 25 de Abril. Na sessão, que se realizou a 31 de Maio passado, estiveram em representação da URAP a coordenadora, Marília Villaverde Cabral, que integrava a mesa, e Olga Macedo. Depois de agradecer o galardão, a coordenadora da URAP sublinhou, na sua intervenção, que «no período da ditadura fascista, as colectividades não só mantiveram as suas actividades culturais e



recreativas, como até as desenvolveram. Foram também pólos de grande resistência antifascista. Mesmo antes do 25 de Abril, as colectividades tinham já, na sua vida interna, uma prática de democracia e liberdade».

Após a sessão solene em que se procedeu à entrega dos vários prémios e galardões a dirigentes e activistas associativos e entidades que se destacaram pela sua actividade em prol da comunidade, solidariedade e divulgação, tendo sempre presente o espírito democrático e os valores de Abril, actuaram diversos artistas do movimento associativo da Figueira da Foz.

LIVRO SOBRE CATARINA EUFÉMIA APRESENTADO EM ALMADA

O livro «Catarina Eufémia – Militante Comunista, Mulher de Abril, Companheira de Luta», de José Casanova, foi lançado em Almada no dia 12 de Julho, com apresentação de Luísa Ramos. Com a Sala Pablo Neruda do Fórum Romeu Correia completamente cheia, coube a Mário Araújo, dos corpos directivos da URAP, expor a iniciativa em que, para além do autor, falaram os resistentes antifascistas António Gervásio e Américo Leal.

José Casanova destacou o valor do exemplo de Catarina Eufémia, como mulher que, como tantas outras, assumiu a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, enfrentando a violência terrorista da repressão fascista.



O autor sublinhou ainda a importância social, à época e ainda hoje, do exemplo de Catarina Eufémia, da sua luta, do seu heroísmo e sacrifício, cuja história se espalhou por todo o País, contada de boca em boca, mobilizando em seu torno a resistência antifascista.

O livro desmascara também as tentativas de censura da verdade por parte do fascismo e de mistificação no pós-25 de Abril, procurando limpar a face de um regime terrorista e, ao mesmo tempo, diminuir a actividade política de Catarina Eufémia, colocando em causa a sua militância comunista, a força da luta e resistência antifascista no Alentejo e a sua organização.

Enquanto António Gervásio falou na importância do seu exemplo para a luta dos operários agrícolas pela conquista do horário de trabalho das oito horas e, no pós 25 de Abril, da Reforma Agrária, Américo Leal, que encerrou a sessão, reforçou a ideia da luta pela democracia como um elemento permanente e de crescente actualidade.



URAP
Propriedade e edição
da **União de Resistentes Antifascistas Portugueses**
Membro da Federação Internacional de Resistentes

Directora **Ana Pato**
Paginação e Grafismo **Sónia Semião**

Redacção e Administração
Rua Bernardo Lima, 23 - 1º Esq.
1150-075 Lisboa • Telefone 213 576 083

URAP participa em acção do MDM

CONQUISTAS E DIREITOS DA MULHER

Durante o ano de 2014, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) percorre itinerários do 25 de Abril de 1974, na óptica das conquistas e direitos das mulheres. A coordenadora da URAP, Marília Villaverde Cabral, participou no itinerário realizado no dia 28 de Junho. Durante a visita, guiada pela historiadora Filomena Ribeiro, falaram a coordenadora da URAP e o comandante Henrique Mendonça, em representação da Associação Conquistas da Revolução. Com início no Largo do Carmo, a iniciativa passou pelo Teatro da Trindade, junto ao local onde Eça de Queiroz, Antero de Quental e Ramalho Ortigão realizavam «As conferências do Casino»; pela antiga sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso; pelo Terreiro do Paço, terminando com um convívio na Casa do Alentejo.





Na sua alocução, na António Maria Cardoso, Marília Villaverde Cabral lembrou os esforços que a URAP fez para que aquele local não se transformasse num condomínio de luxo em vez de num museu que lembrasse os interrogatórios e as torturas por que passaram os presos políticos durante a ditadura. «Se pensavam que assim apagariam o que foi o fascismo em Portugal e o que foi a resistência, enganaram-se. E a prova é estarmos aqui hoje a afirmar que lutaremos contra o esquecimento e que continuaremos nesta luta para que as novas gerações que, felizmente, não viveram esses tempos negros do fascismo, saibam que em Portugal houve sempre quem não se rendesse perante um país onde havia fome, onde havia guerra, onde não havia liberdade», disse a coordenadora da URAP.

NÚCLEO DE SANTA IRIA DE AZÓIA VISITOU PENICHE

O núcleo da URAP de Santa Iria de Azóia organizou mais um «convívio de resistentes», a XIV Visita Guiada, desta vez em Peniche e à sua Fortaleza, onde percorreu as antigas celas, o «segredo» e os parlatórios, bem como o percurso da fuga de 1960, começando pela exposição permanente «Peniche, lugar de Memória, Resistência e Luta». André Amador, que conduziu a visita, levou em seguida o grupo ao local onde se deu a chamada «Revolta dos Mestres», de 1935, junto à Igreja da Ajuda. Esta revolta foi assim chamada, pois o povo levantou-se para exigir a libertação daqueles que encabeçaram um movimento de rebelião perante a política de exploração e miséria imposta pelo regime fascista. O restante programa da visita, realizada dia 5 de Julho, incluiu deslocações ao Cabo Carvoeiro, Baleal, Barragem de S. Domingos e Atouguia da Baleia, onde os participantes tiveram oportunidade de visitar o CIAB (Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia) e receber explicações de uma técnica da instituição.

PIONEIROS FESTEJAM 25 DE ABRIL

A organização «Pioneiros de Portugal» também celebrou a Revolução do 25 de Abril. Este ano, os habituais acampamentos de Verão, que juntam crianças e jovens dos 6 aos 16 anos, tiveram como tema «40 anos de Pioneiros em 40 anos de Liberdade».

A 17 de Julho, José Pedro Soares, da direcção da URAP e ex-preso político, foi o convidado do acampamento de Santiago do Cacém, onde conversou com cerca de 80 crianças e jovens. A conversa, que decorreu em duas sessões, primeiro com crianças dos 6 aos 12, depois com jovens dos 12 aos 16, foi muito participada e a curiosidade dos jovens centrou-se em torno do próprio dia 25 de Abril, do fascismo e da resistência.

A Associação "Os Pioneiros de Portugal" é uma associação juvenil, sem fins lucrativos, que realiza actividades de ocupação de tempos livres para crianças e jovens. A defesa dos direitos da criança e da aplicação da Convenção do Direitos da Criança são transversais a toda a sua actividade.



NA MORTE DE **JOSÉ BARATA**

HERÓICO RESISTENTE ANFASCISTA



José Barata, 97 anos, ex-tarrafalista, membro fundador da URAP e militante do Partido Comunista Português, morreu no dia 7 de Junho no Hospital Egas Moniz, em Lisboa. Herói e único sobrevivente da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, foi mandado aos 20 anos para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde permaneceu durante 11 anos.

Alistou-se na Armada com apenas 16 anos e aderiu à Organização Revolucionária da Armada (ORA) com 20 anos. Integrado na guarnição do navio Bartolomeu Dias, que com os navios Dão e Afonso de Albuquerque participaram na Revolta dos Marinheiros, José Barata foi preso na sequência do esmagamento da revolta e condenado em julgamento sumário a 16 anos de degredo.

A 29 de Outubro de 1936 foi, com 151 outros antifascistas, um dos primeiros presos políticos enviados para o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Em 1947, dado o estado precário de saúde e a necessidade de ser submetido a uma intervenção cirúrgica, foi reenviado para Portugal, tendo passado os últimos anos de prisão no Forte de Peniche.

Como membro da URAP, José Barata participou activamente no esclarecimento do que foi a Revolta dos Marinheiros e na denúncia do Campo de Concentração do Tarrafal. Esteve envolvido na trasladação dos restos mortais dos 32 antifascistas mortos no Tarrafal, em Fevereiro de 1978, e participou em várias homenagens aos mártires do sinistro campo de concentração.

José Barata foi reintegrado na Armada depois do 25 de Abril, como sargento-ajudante. Foi objecto de várias homenagens públicas e em 1999 foi condecorado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, com a Ordem da Liberdade.

Em 31 de Agosto de 2013, a URAP prestou-lhe uma homenagem pública de reconhecimento pelo seu papel na luta contra o fascismo e pela liberdade. A sessão, que decorreu no Clube da Estefânia, em Lisboa, contou com uma sala repleta de amigos, familiares de ex-tarrafalistas, camaradas de armas, membros da URAP e personalidades convidadas, tais como representantes da Associação 25 de Abril, Associação Praças da Armada, Associação dos Sargentos da Armada, Confederação das Colectividades, Clube Estefânia, Teatro de Mulheres, Movimento Democrático de Mulheres, PCP e CGTP-IN.

No funeral, que teve honras militares, para além de familiares e amigos, integraram-se delegações das direcções da URAP, do PCP, da Associação Nacional de Sargentos, do Clube de Sargentos e Praças da Armada. O elogio fúnebre foi feito por um membro da direcção da Associação Nacional de Sargentos e outro da Associação de Praças.

REVOLTA EVOCADA EM ALMADA



As comemorações do 78.º aniversário da «Revolta dos Marinheiros» decorreram, dia 13 de Setembro, no Feijó, junto ao monumento representativo dessa luta, travada em 1936 durante a Guerra Civil de Espanha. Junto ao monumento «Marinheiro Insubmisso» intervieram representantes de estruturas militares, nomeadamente Luís Reis, presidente da Associação de Praças, que referiu as injustiças que estes militares têm sofrido nestes últimos anos devido às políticas do Governo. A URAP esteve igualmente presente, a convite do Clube de Praças da Armada.

No final da cerimónia foram depostas coroas de flores junto ao monumento, na presença do presidente da Câmara Municipal de Almada, Joaquim Judas. Seguiu-se um almoço comemorativo ao som da Banda da Armada.

A «Revolta dos Marinheiros» aconteceu a 8 de Setembro de 1936, culminando um intenso trabalho de agitação e manifestações contra as arbitrariedades e a repressão fascista, pela defesa de direitos e pela melhoria do rancho. Um significativo número de marinheiros, membros da Organização Revolucionária da Armada iniciou a acção apossando-se dos navios «Dão», «Afonso de Albuquerque» e «Bartolomeu Dias».

O objectivo era fazer um ultimato ao governo de Salazar, tendo ao seu dispor o potencial de fogo próprio dos navios, que entretanto deveriam ser postos a salvo fora da barra.

A revolta foi sufocada ao fim de algumas horas e os marinheiros insubmissos foram presos. Muitos deles inaugurariam, em Outubro desse mesmo ano, o Campo de Concentração do Tarrafal.



ABRIL

Abril. Uma palavra que, para o povo português, tem um significado que não cabe no calendário. Abril, para o povo que derrubou a mais longa ditadura da Europa, significa a liberdade de pensar e de falar, simboliza pão na mesa e os filhos na escola, tem nome de trabalho, de justiça, de dignidade.

Para este povo que ousou partir ao assalto do céu, depois de décadas e décadas de exploração, medo, violência e obscurantismo, Abril tem nome de futuro – esse futuro que Abril mostrou ser possível e que, pese embora os violentos ataques que sofreu (que, em muitos aspectos, fizeram voltar um passado de má memória e que parecia enterrado), não está definitivamente interrompido.

É que Abril não é uma recordação, é um projecto: ele vive não apenas na memória colectiva do povo que o fez, como vive também na luta que se trava em defesa de todos e cada um dos direitos que Abril tornou realidade: pelo trabalho digno com remunerações justas; pela saúde e educação públicas e gratuitas; pela protecção social universal; pelo direito ao desenvolvimento, ao progresso e à justiça social; pela liberdade de criação e fruição cultural.





Comemorar Abril, mais do que uma evocação do passado, é em si mesma uma afirmação de luta: pelos direitos conquistados na revolução que sucessivos governos se têm dedicado a desmantelar, fragilizar e destruir. Celebrar Abril é defender e exigir o trabalho com direitos,



salários e pensões justas, saúde e educação universais, gerais e gratuitas e protecção social para todos: é reclamar um país soberano que pugne pela paz e a cooperação, sem se submeter aos interesses dos poderosos. Foi isso que fizeram milhares de portugueses, em grandes em desfiles comemorativos dos 40 anos da Revolução de Abril





Promovidos por plataformas de organizações, sindicatos ou autarquias, as comemorações dos 40 anos da Revolução reuniram milhares e milhares de pessoas em todo o País que fizeram desta evocação um momento de alegria, de criatividade, de cultura.





Que Abril está vivo provou-o, este ano mais ainda do que noutros, as comemorações realizadas em todo o País, que procuramos mostrar nestas páginas. Comemorações promovidas pelo movimento sindical, popular e associativo, pelo poder local democrático. Comemorações que mostram que a Revolução é valorizada por quem a fez, mas também por quem, nascendo já depois dela, reconhece o seu valor. Comemorações que não são uma mera evocação do passado, mas sobretudo uma exigência de futuro.











Abril, ao libertar Portugal das amarras da opressora censura, provocou uma explosão de criatividade artística - nas artes plásticas, na literatura, do cinema. Hoje, 40 anos passados, a Revolução dos Cravos continua a despertar a capacidade dos criadores, muitos dos quais assinalaram a efeméride fazendo o que melhor sabem.







Abril, essa palavra pequena mas tão cheia de significado, é uma arma na mão do povo. Foi Abril que derrubou o fascismo, é Abril que defendemos todos os dias na luta que travamos, será Abril quando se retomar o caminho que em Abril encetámos. Um caminho que se começa a trilhar hoje, amanhã, todos os dias. Como disse o poeta, «é tempo de pegarmos por Abril».





O derrubamento do fascismo e a conquista de importantes direitos políticos, económicos, sociais e culturais quebrou um tenebroso ciclo de opressão, miséria e obscurantismo. Aos filhos de Abril, que puderam finalmente ser crianças, abriram-se as portas do progresso, da liberdade, da justiça social, da Paz - que há hoje quem pretenda fechar. Manter abertas, escancaradas, as portas que Abril abriu é uma tarefa primordial de todos os democratas e antifascistas







Os cravos simbolizam tudo do que mais avançado a Revolução de Abril consagrou. Nas mãos das crianças têm um redobrado valor - o da perenidade no presente e no futuro



A URAP tem uma responsabilidade acrescida na disseminação dos valores da democracia e da liberdade. Como organização emanada da resistência antifascista, cabe-lhe relatar o que era o Portugal fascista e denunciar toda e qualquer reminiscência dessa criminosa prática política - responsabilidade que não enjeita

URAP homenageou tarrafalistas

EXEMPLOS PERENES PARA OS COMBATES DO PRESENTE E DO FUTURO

O campo era um «rectângulo de arame farpado, exteriormente contornado por uma vala de quatro metros de largura e três de profundidade. Está encravado numa planície que o mar limita pelo poente e uma cadeia de montes por Norte, Sul e nascente». Lá dentro, «quatro barracões sem higiene, algumas barracas de madeira, nas quais estão instaladas as oficinas e o balneário, uma cozinha, sem condições de asseio, e algumas árvores», assim descreveu Pedro Soares o Campo de Concentração do Tarrafal.



Pedro Soares, um dos 352 presos políticos enviado para o Tarrafal, continua: «a falta de vegetação, os montes escarpados, o mar e o isolamento a que os presos estão submetidos, dão à vida, aí, uma monotonia que torna mais insuportável o cativeiro». Para além disto, havia também «os castigos e os enxovalhos, os trabalhos forçados, as doenças e a morte de alguns companheiros».

Ana Pato, da direcção da URAP, iniciou assim a sua intervenção, dia 27 de Setembro, junto ao Mausoléu dos Tarrafalistas, onde repousam desde 1978 os 32 antifascistas portugueses assassinados no campo. «Estamos aqui hoje para os relembrar e homenagear. E, através deles, queremos homenagear também todos os homens e mulheres que dedicaram a sua vida ao combate pela democracia e contra todas as formas de opressão», acrescentou.

«Em 18 de Outubro de 1936, partiram de Lisboa os primeiros 152 detidos, entre os quais se contavam participantes do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande e alguns dos marinheiros que tinham participado na Revolta dos Marinheiros ocorrida a bordo de navios de guerra no Tejo, em 8 de Setembro daquele ano de 1936», disse. Depois de contar que «o campo encerrou em 1954, na sequência de pressão nacional e internacional», num período marcado pela derrota do nazifascismo alemão e italiano, Ana Pato lembrou que foi reaberto em 1961, «desta vez destinado aos lutadores pela independência das colónias portuguesas».



PRESERVAR A MEMÓRIA EM TEMPOS DUROS

«Preservar a memória, combater o branqueamento da história denunciando o que foi o fascismo em Portugal e no mundo são tarefas dos dias de hoje e que perspectivam o futuro», prosseguiu a oradora. Após referir a difícil situação internacional, evocando o Médio Oriente e a Ucrânia, Ana Pato mostrou a sua confiança no futuro: «As coisas estão más. Mas não vão ficar sempre assim. Assim o sabiam aqueles que, como estes tarrafalistas, resistiram, lutaram e acabaram por vencer o fascismo (apesar de nem todos o terem podido testemunhar). Daí a sua coragem. Eles sabiam que, um dia, os vencedores seriam eles. Já o eram, porque não se deixaram quebrar.»

A homenagem, que decorreu no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, iniciou-se com uma breve apresentação de Feliciano David, dos corpos dirigentes da URAP. Este dirigente lembrou que todos os anos a URAP homenageia os heróicos resistentes antifascistas que foram deportados para o Tarrafal e que, pela primeira vez, a Câmara Municipal de Lisboa não prestou apoio logístico para a sua realização.

Lembrou, a propósito, que o, na altura, Presidente da República, Jorge Sampaio, tinha estado presente, em 2005, na homenagem aos tarrafalistas e deposto um ramo de flores junto ao mausoléu, e agradeceu à Voz do Operário e à União dos Sindicatos de Lisboa por terem substituído o apoio da Câmara e emprestado cadeiras e aparelhagem sonora para que a homenagem decorresse com a solenidade merecida.

Após os discursos, surgiram os versos recitados pelos Jograis U´Tópicos e a música fez-se ouvir através do Coro Lopes-Graça, sob a batuta do maestro José Robert. Estiveram presentes cerca de 150 pessoas, entre as quais membros da URAP de diversos núcleos, representantes da CGTP-IN, da Confederação das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, da Juventude Comunista Portuguesa, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, da Associação dos Sargentos da Armada.

A cerimónia, que decorreu no ano em que a Revolução dos Cravos celebra o 40.º aniversário, contou ainda com a presença do General Pedro Pezarat Correia, um combatente de Abril.

PALESTINA – O EXTERMÍNIO DE UM POVO

Organizações defensoras da paz e da cooperação entre os povos do mundo multiplicaram acções de protesto e de apoio à Palestina ao longo do verão, em protesto contra o massacre sionista perpetrado sobre a população da Faixa de Gaza. A URAP associou-se, em Lisboa, a uma sessão promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), a CGTP-IN e o Movimento pelos Direitos do Povo Palestiniano e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), realizada no dia 29 de Julho, na Casa do Alentejo.



Na sessão, que contou com a participação do embaixador da Palestina em Portugal, Hikmat Aijuri, as cerca de 200 pessoas presentes aprovaram uma moção de solidariedade ao povo da Palestina e condenaram a «repressão israelita, com conivência das grandes potências dos Estados Unidos da América e da União Europeia».

Na moção, entre outras matérias, reclamava-se ao Governo português para que, perante a «brutal ofensiva militar contra a Faixa de Gaza» e a «repressão generalizada na Cisjordânia, condenasse e denunciasse a agressão israelita, suspendesse de imediato as relações comerciais e diplomáticas com o regime israelita, reclamasse o «levantamento imediato do brutal e criminoso bloqueio sobre a faixa de Gaza, e a libertação dos presos políticos palestinos das prisões israelitas» e, por fim, desenvolvesse uma política orientada pela exigência do fim da ocupação israelita dos territórios palestinos e pela defesa do direito inalienável do povo palestino à construção de um estado livre, soberano e independente, com Jerusalém Leste como capital.

O coordenador da ONU para o Médio Oriente, Robert Serry, que visitou Gaza recentemente, testemunhou as «destruições verdadeiramente terríveis provocadas na infra-estrutura, em hospitais e escolas». Nesse período, 18 mil edifícios foram destruídos ou gravemente danificados, e 65 mil palestinianos estão refugiados nas instalações locais da ONU. Esta desigualdade de meios, e a total violação de todas as convenções internacionais subscritas por Israel, com o apoio dos Estados Unidos e de países da União Europeia, lembram, pela sua brutalidade, os horrores da II Guerra Mundial.

Israel justificou esta ofensiva com o rapto e assassinato de três jovens colonos israelitas na Cisjordânia, atribuindo de imediato o acto ao Hamas, que o negou. Na verdade, não foi este crime, de contornos ainda por esclarecer, que originou esta nova ofensiva: os israelitas querem aniquilar a população palestiniana e controlar o território da Palestina, numa das mais escandalosas violações de direitos humanos.



MASSACRE SIONISTA

A mais recente ofensiva israelita contra a Faixa de Gaza iniciou-se no início de Julho, prolongando-se durante 50 longos dias, até à assinatura de um precário cessar-fogo entre Israel, a Fatah e o Hamas, com mediação egípcia. Nesse período, mais de 2000 palestinianos morreram, entre os quais 541 crianças, 250 mulheres e 96 idosos; das 67 baixas israelitas, 64 eram militares abatidos na Faixa de Gaza. Enquanto durou mais esta ofensiva, o território da Faixa de Gaza foi diariamente bombardeado por sofisticadas armas.



PELO ESTADO DA PALESTINA: UNIDADE

A 25 de Setembro, véspera do cessar-fogo completar um mês, firmou-se um importante acordo entre as duas facções palestinianas, a Fatah e o Hamas, em que se estipula a criação de um governo de unidade nacional, sob a alçada do presidente da Autoridade Palestinana (AP) Mahmoud Abbas, acabando assim com a divisão que desde 2007 separa os dois movimentos e os dois

territórios – Gaza e Cisjordânia. Este novo governo terá como principal desafio reconstruir o enclave de Gaza e procurar, uma vez mais, estabelecer um Estado da Palestina nas fronteiras definidas em 1967.

O Estado de Israel existe desde 1948. Segundo o plano das Nações Unidas, 55% do território pertenceria a Israel e 45% à Palestina. Hoje, Israel ocupa 82% destes territórios e mantém os restantes sob férreo controlo.

A Faixa de Gaza é um dos territórios vítima desse cerco e controlo. Cercado por ar, mar e terra, sujeito a um bloqueio, este território de 40 km de comprimento e de 6 a 12 de largura, onde tentam sobreviver 1,8 milhões de pessoas, é a maior prisão a céu aberto do mundo. A Faixa de Gaza não tem um exército, aliás como o não tem a Palestina. Do outro lado, Israel é, qualitativamente, um dos mais (senão o mais) poderosos exércitos do mundo.

A criação do Estado da Palestina, prevista pelos acordos internacionais, vai sendo sempre adiada. A sua concretização, essencial para a paz naquela sensível região, dependerá da luta do povo da palestina e da determinação da chamada «comunidade internacional» em impor novas conversações que salvem este povo de ser exterminado.

UCRÂNIA – CONTRA O FASCISMO E A GUERRA

A grave situação que se vive na Ucrânia foi tema de debate em sessão conjunta realizada no Clube Estefânia, em Lisboa, organizada pela URAP e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação. A sessão, ocorrida dia 27 de Junho, foi muito viva e participada e as duas organizações expressaram solidariedade para com o povo da Ucrânia, assim como preocupação com a escalada de violência desencadeada sobre as populações do Leste do país.



José Pedro Soares e Gustavo Carneiro, respectivamente dirigentes da URAP do CPPC, denunciaram as largas centenas de mortos e os muitos milhares de refugiados que o conflito já provocou, afirmando que a sessão de solidariedade com povo da Ucrânia visava a «condenação do fascismo e da violência». Depois de relatar a «violência que estava a ser levada a cabo por grupos de extrema-direita e de neonazis, que actuavam com total impunidade, e da destruição de monumentos alusivos à luta de resistência e da libertação do povo ucraniano da ocupação nazi», José Pedro Soares considerou ser clara a ingerência dos EUA e da União Europeia no golpe de Fevereiro e no apoio aos grupos extremistas. Lembrando que a Europa Ocidental «não é bem o paraíso que apregoa», José Pedro Soares salientou que os ucranianos que trabalham e vivem em Portugal «sabem o que são as desigualdades gritantes, o desemprego, como é feita a distribuição da riqueza criada pelo trabalho, como foi destruída a nossa indústria, como o País se endividou, como perdemos capacidade de decisão, de independência e soberania».

O dirigente do CPPC, por seu lado, inseriu a actual situação da Ucrânia numa estratégia há muito definida pelos EUA de confrontação e cerco à Rússia.

COMUNISTAS DEBAIXO DE FOGO

Entretanto, as autoridades golpistas de Kiev avançaram com um processo «judicial» que visa a ilegalização do Partido Comunista da Ucrânia. Numa das audiências desse «julgamento» estiveram presentes, em representação da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD), Madalena Santos e António Negrão, que obtiveram igualmente mandato para representar organizações similares de outros países.

Em relatório, os dois juristas denunciam as «aberrações formais» do processo, acrescentando que o Partido Comunista não deve ser ilegalizado devido a declarações, tomadas de posição ou propostas políticas dos seus membros, designadamente enquanto deputados eleitos pelo povo. Em conferência de imprensa realizada em Kiev, tiveram a oportunidade de alertar para outros «julgamentos» semelhantes, em que à proibição de partidos comunistas se sucedeu a instauração de ditaduras fascistas e depois a ilegalização de todas as outras forças e sectores democráticos. A Alemanha de Hitler é disso um «tenebroso exemplo».



NOS 70 ANOS DO FIM DA II GUERRA MUNDIAL

PORTUGAL RECEBE TOCHA DA FIR

A URAP associou-se à iniciativa da FIR – Federação Internacional de Resistentes que visa fazer percorrer a sua tocha, a Tocha da Liberdade e da Paz, por todos os países da Europa, a fim de assinalar os 70 anos do fim da II Guerra Mundial, que se cumprem em Maio do próximo ano. A FIR, que a URAP integra, começou já este ano a comemorar esta data tão importante para os povos de todo o Mundo, para que possam recordar o horror dos campos de concentração nazis, os mais de cinquenta milhões de mortos, todo o sofrimento imposto pela barbárie nazifascista.



Ao mesmo tempo, a FIR pretende homenagear os resistentes, os que se bateram heroicamente pela libertação dos seus países e do mundo e, simultaneamente, lembrar que é necessário lutar para que esta catástrofe não se repita. Ao ter conhecimento desta iniciativa da FIR, a direcção da URAP decidiu que receber em Portugal este símbolo da luta pela paz e pela liberdade enriqueceria as comemorações que tenciona levar a cabo e, assim, está decidida a sua permanência no País de 2 a 15 de Fevereiro de 2015.



Autarquias, colectividades e professores têm vindo a mostrar interesse em colaborar com a URAP nestas comemorações do fim da II Guerra Mundial, estando previsto que a tocha percorra várias terras do País, onde será recebida em escolas e outras instituições. A URAP tem o dever de assinalar esses dias sangrentos, contribuindo para que a História não seja esquecida nem adulterada e tem o dever também de alertar para a situação que vivemos: a crise do capitalismo, a agressividade imperialista, o esmagamento dos povos, o avanço de forças da extrema-direita na Europa, traços preocupantes que exigem dos democratas, dos antifascistas o reforço do movimento pelo desarmamento e pela paz.



PAGA A TUA QUOTA, APOIA A **URAP**

A **URAP** necessita, para prosseguir e intensificar a sua actividade, do apoio de todos. Pagar a quota, se possível actualizando o seu valor, é essencial para que a **URAP** continue a crescer e a afirmar-se na sociedade portuguesa. Os sócios poderão pagar a sua quota na sede da **URAP**, nos seus núcleos ou através de transferência bancária para o **NIB 0007 0021 0014 3750 0065 3**. Neste último caso, será necessário enviar comprovativo de pagamento para geral@urap.pt ou para o endereço postal.